

RESENHA LEGISLATIVA REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025

Visando promover a divulgação da legislação pública, com realce para as finanças públicas, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 10.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 92/24, de 16 de Abril, aprez-nos apresentar a resenha legislativa infra referente ao mês de Dezembro de 2025.

I. ASSEMBLEIA NACIONAL

1. Lei n.º 14/25, de 30 de Dezembro

Aprova o Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2026. - Revoga o artigo 503.º do Código Aduaneiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/06, de 4 de Outubro, o n.º 3 do artigo 27.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, que aprova a revisão e republicação do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, sendo a nova taxa de Imposto sobre a Aplicação de Capitais fixada em 10%, e suspende a eficácia do n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro.

2. Resolução n.º 54/25, de 30 de Dezembro

Aprova as recomendações resultantes da apreciação e discussão do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2026.

II. TITULAR DO PODER EXECUTIVO

A. DECRETOS PRESIDENCIAIS

3. Decreto Presidencial n.º 272/25, de 31 de Dezembro

Aprova o aditamento da alínea j) ao artigo 17.º, e a revogação da alínea b) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de Outubro, que estabelece a Reorganização da Rede de Instituições de Ensino Superior.

4. Decreto Presidencial n.º 260/25, de 8 de Dezembro



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Define a Metodologia de Cálculo do Preço de Terrenos Integrados no Domínio Privado do Estado, concedíveis por via de Contrato Especial de Concessão para a Constituição de Direito de Superfície e Contrato Especial de Arrendamento para a Concessão de Ocupação Precária. - Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o n.º 2 do artigo 79.º e o n.º 2 do artigo 88.º, ambos do Decreto n.º 58/07, de 3 de Julho, que aprova o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos.

5. Decreto Presidencial n.º 255/25, de 3 de Dezembro

Aprova as Medidas para a Implementação da Reforma do Sistema de Inspeção Económica.

6. Decreto Presidencial n.º 256/25, de 3 de Dezembro

Aprova a Estratégia Nacional de Cibersegurança.

7. Decreto Presidencial n.º 257/25, de 3 de Dezembro

Aprova o Regulamento de Atribuição de Graus e Títulos Académicos conferidos no Subsistema de Ensino Superior.

8. Decreto Presidencial n.º 258/25, de 3 de Dezembro

Cria o Conselho Nacional de Cibersegurança e aprova o respectivo Regimento.

9. Decreto Presidencial n.º 263/25, de 10 de Dezembro

Cria o Centro Nacional de Cibersegurança e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.

10. Decreto Presidencial n.º 270/25, de 19 de Dezembro

Concede à Concessionária Nacional os direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na Área da Concessão do Bloco KON 14.

B. DESPACHOS PRESIDENCIAIS

11. Despacho Presidencial n.º 368/25, de 31 de Dezembro

Autoriza a alienação de 60% da Participação Social que o Estado detém indirectamente na Sociedade PAENAL — Porto Amboim Estaleiros



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Navais, Limitada, por via da SONANGOL-E.P. — Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública, a favor do parceiro estratégico e tecnológico identificado, e delega competência à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para, em coordenação com o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, praticar todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, verificação da validade e legalidade de todo o Procedimento de alienação das referidas Participações Sociais.

12. Despacho Presidencial n.º 369/25, de 31 de Dezembro

Autoriza a celebração do Acordo de Financiamento entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e a Africa Finance Corporation — AFC, no valor global de USD 250 000 000,00, para a cobertura de pagamentos iniciais em até 25% dos montantes referentes aos Projectos de Investimento Público, e delega competência à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para a negociação e assinatura do referido Acordo de Financiamento e de toda a documentação relacionada com o mesmo, em nome e representação da República de Angola.

13. Despacho Presidencial n.º 370/25, de 31 de Dezembro

Autoriza a celebração pela Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade — ENDE-E.P., do Contrato de Conta em Participação para o Fornecimento, Instalação e Montagem de 1.000 Contadores Trifásicos Pré-Pagos de Média Tensão, e delega competência ao Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, incluindo a celebração e a assinatura do referido Contrato.

14. Despacho Presidencial n.º 349/25, de 2 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Emergencial, com recurso a verbas do Fundo Rodoviário e Obras de Emergência — FROE, para a Adjudicação dos Contratos de Empreitadas de Obras Públicas para a Reconstrução da Passagem



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Hidráulica e Execução de Canal e Sistemas de Drenagem nas Províncias do Huambo, Bié, Cuanza Norte, Malanje, Zaire, Benguela e Icolo e Bengo, bem como a Fiscalização das referidas Empreitadas, e delega competência ao Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

15. Despacho Presidencial n.º 350/25, de 2 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a Adjudicação do Contrato de Fiscalização da Construção do Terminal Presidencial, do Sistema de Redundância de Energia e Água e o Projecto de Optimização e Suporte, que contempla a edificação de Hangares, Placas Remotas, Esquadra da Polícia, CIP Doméstico e Internacional e Iluminação do Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, e delega competência ao Ministro dos Transportes, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

16. Despacho Presidencial n.º 353/25, de 5 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Concurso Público para a Adjudicação do Contrato de Empreitada de Construção de Infra-Estruturas Académicas para o Instituto Superior de Ciências de Educação, na Província do Huambo, e delega competência ao Ministro do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

17. Despacho Presidencial n.º 354/25, de 5 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, por razões de financiamento externo, para a Adjudicação das Obras de Electrificação da Futura Centralidade de Sassalemba, e delega competência ao Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

18. Despacho Presidencial n.º 355/25, de 5 de Dezembro



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Autoriza a celebração da Adenda ao Acordo de Crédito entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, na qualidade de mutuário, e o Standard Bank Angola, na qualidade de mutuante, no valor global de Kwanzas equivalente a USD 50 000 000,00, para a cobertura do Contrato Comercial atinente ao Projecto de Concepção, Requalificação e Apetrechamento da Base Naval de Luanda, afecta à Marinha de Guerra Angolana, e delega competência à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para proceder à assinatura da referida Adenda, bem como toda a documentação relacionada com a mesma, em nome e em representação da República de Angola.

19. Despacho Presidencial n.º 356/25, de 5 de Dezembro

Autoriza a celebração do Acordo de Crédito entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, na qualidade de mutuário, e o Banco Caixa Geral Angola, S.A., na qualidade de mutuante, no valor global de Kz: 20 000 000 000,00, para a cobertura parcial de 17% do Contrato Comercial atinente ao Projecto de Requalificação e Apetrechamento do Hospital Militar Principal - 2.^a Fase, e delega competência à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para proceder à assinatura do referido Acordo e de toda a documentação relacionada com o mesmo, em nome e em representação da República de Angola.

20. Despacho Presidencial n.º 361/25, de 16 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a Adjudicação do Contrato de Empreitada de Reabilitação da Estrada Ondjiva/Cuvelai, Troço Ondjiva/Omala, numa extensão de 80 km, na Província do Cunene, e delega competência ao Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes. - Revoga a alínea b) do ponto 1 do Despacho n.º 173/17, de 30 de Março.

21. Despacho Presidencial n.º 362/25, de 16 de Dezembro



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, por razões de financiamento externo, para a Adjudicação dos Contratos de Empreitada de Construção de Infra-Estruturas Integradas de Caxito, Fase 2, Panguila e Sassa Cária, Vias Locais da Açucareira, na Província do Bengo, e a Fiscalização da referida Empreitada, e delega competência ao Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

22. Despacho Presidencial n.º 363/25, de 16 de Dezembro

Formaliza a abertura do Procedimento de Concurso Público para a adjudicação dos Contratos de Empreitadas de Obras Públicas para a Asfaltagem do Bairro Social da Juventude, numa extensão de 14 km, e do Bairro Sinai Novo, numa extensão de 9 km, na Cidade do Luena, Província do Moxico, e delega competência ao Governador Provincial do Moxico, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

23. Despacho Presidencial n.º 358/25, de 15 de Dezembro

Autoriza, por via de Adenda, a alteração, para mais, do preço global do Contrato da Empreitada dos Serviços de Gestão e Coordenação Técnica e Financeira Especializada das Empreitadas dos Lotes 3 e 5, no âmbito do Programa de Combate à Seca, na Província do Cunene, e delega competência ao Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

24. Despacho Presidencial n.º 359/25, de 15 de Dezembro

Autoriza a celebração da Adenda de Alteração, para mais, do preço global do Contrato dos Serviços de Gestão e Coordenação Técnica e Financeira Especializada das Empreitadas dos Lotes 4 e 6, no âmbito do Programa de Combate à Seca, na Província do Cunene, bem como a prorrogação do prazo de execução por mais 10 meses, e delega competência ao Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

25. Despacho Presidencial n.º 360/25, de 15 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura de Concurso Público para a Adjudicação da Empreitada de Reabilitação e Ampliação das Infra-Estruturas Académicas do Instituto Superior de Ciências da Educação, na Província da Huíla, e delega competência ao Ministro do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

26. Despacho Presidencial 366/25, de 18 de Dezembro

Cria o Conselho de Coordenação do Sistema de Inspeção Económica, coordenado pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

27. Despacho Presidencial n.º 364/25, de 17 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, por razões de aptidão técnica, para a celebração dos Contratos de Empreitada de Reabilitação da Estrada Nacional EN 260, nos Troços Calenga (Lépi) Ukuma, com uma extensão de 34 km, Caála/Calenga (Lépi), com uma extensão de 34 km, Ukuma/Tchindjenje, com uma extensão de 40 km, incluindo a Manutenção e Conservação da Estrada Nacional EN 260, Troço Huambo (São Pedro) /Caála, com uma extensão de 20 km, e Serviço de Fiscalização das respectivas Empreitadas, e delega competência ao Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos subsequentes.

28. Despacho Presidencial n.º 365/25, de 17 de Dezembro

Cria a Comissão Interministerial para a Organização da Participação da República de Angola na Expo Yokohama, Japão 2027, coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

III. ÓRGÃOS AUXILIARES DO TITULAR DO PODER EXECUTIVO

➤ **DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS – DECRETOS EXECUTIVOS**

29. Decreto Executivo n.º 744/25, de 24 de Dezembro

Ministério das Finanças

Aprova as Instruções para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2025. - Revoga o Decreto Executivo n.º 226/24, de 6 de Dezembro, e as demais disposições legais que contrariem o disposto no presente Diploma.

30. Decreto Executivo n.º 745/25, de 24 de Dezembro

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

Autoriza a Cabinda Gulf Oil Company Limited a ceder 35% do interesse participativo que detém no Contrato de Serviços com Risco do Bloco 50 à BG Internacional Limited.

31. Decreto Executivo n.º 735/25, de 8 de Dezembro

Ministério das Finanças

Determina a emissão de Títulos de Dívida Soberana em ienes «Samurai Bonds» no montante de JPY 40 000 000 000,00, autorizado pelo Despacho Presidencial n.º 80-A/25, de 8 de Abril.

32. Decreto Executivo Conjunto n.º 17/25, de 11 de Dezembro

Ministérios da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e das Finanças

Aprova o Regime Jurídico das Taxas devidas pela Prestação de Serviços e Cuidados de Saúde pelos Hospitais e Unidades Sanitárias das Forças Armadas Angolanas.

33. Decreto Executivo n.º 742/25, de 23 de Dezembro

Cria o Mecanismo de Preparação de Projectos de Parceria Público-Privada, abreviadamente designado por MPP, destinado a apoiar a concepção, avaliação, estruturação, negociação e contratação de projectos a implementar em regime de Parceria Público-Privada.

IV. ENTIDADES REGULADORAS E SUPERVISORAS

➤ **BNA**

34. Aviso n.º 6/25, de 18 de Dezembro



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE JURÍDICO

Estabelece o método de determinação de Contribuições Iniciais, Periódicas e Extraordinárias que as instituições participantes estão sujeitas a efectuar a favor do Fundo de Resolução.

35. Despacho n.º 9865/25, de 24 de Dezembro

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Concurso Público para a Prestação de Serviços de Consultoria e Desenvolvimento dos Módulos de Suporte a Operacionalização do Fusion Opics e do seu Ecossistema, aprova o Anúncio, o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos, e constitui a Comissão de Avaliação do referido Procedimento.